

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	16
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.355.031
Preferenciais	0
Total	3.355.031
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	333.959	368.009
1.01	Ativo Circulante	228.076	266.259
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.481	71.200
1.01.02	Aplicações Financeiras	475	404
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	475	404
1.01.02.01.03	Aplicações caucionadas	475	404
1.01.03	Contas a Receber	43.487	61.248
1.01.03.01	Clientes	43.487	61.248
1.01.03.01.01	Contas a Receber	43.487	61.248
1.01.04	Estoques	113.895	108.376
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.422	3.456
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.422	3.456
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.920	1.370
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.396	20.205
1.01.08.03	Outros	19.396	20.205
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	1.362	1.716
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	18.034	18.489
1.02	Ativo Não Circulante	105.883	101.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.551	42.521
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.987	1.495
1.02.01.07.02	Ativo fiscal diferido	1.987	1.495
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	42.564	41.026
1.02.01.10.03	Outros ativos não circulantes	496	510
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	8.022	7.862
1.02.01.10.05	Aplicações caucionadas	3.830	4.080
1.02.01.10.06	Partes relacionadas	30.216	28.574
1.02.02	Investimentos	3.226	3.124
1.02.02.01	Participações Societárias	3.226	3.124
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.226	3.124
1.02.03	Imobilizado	47.356	45.297
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	47.356	45.297
1.02.04	Intangível	10.750	10.808
1.02.04.01	Intangíveis	10.750	10.808
1.02.04.01.02	Intangível	10.750	10.808

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	333.959	368.009
2.01	Passivo Circulante	96.271	122.892
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.514	7.438
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.514	7.438
2.01.02	Fornecedores	20.671	28.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.957	27.354
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	714	805
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.030	48.838
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.030	48.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.872	29.611
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.158	19.227
2.01.05	Outras Obrigações	21.000	30.984
2.01.05.02	Outros	21.000	30.984
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.000
2.01.05.02.04	Outras Contas Contas a Pagar	238	220
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	12.418	9.127
2.01.05.02.06	Obrigações Tributárias	1.444	2.332
2.01.05.02.07	Receita Antecipada	1.991	2.094
2.01.05.02.08	Partes relacionadas	1.247	1.185
2.01.05.02.09	Arrendamento mercantil	1.362	758
2.01.05.02.10	Operação de risco sacado	2.300	7.268
2.01.06	Provisões	4.056	7.473
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.056	7.473
2.01.06.01.05	Provisões diversas	4.056	7.473
2.02	Passivo Não Circulante	136.467	146.124
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	97.805	105.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	72.805	80.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	72.805	80.954
2.02.01.02	Debêntures	25.000	25.000
2.02.02	Outras Obrigações	18.507	17.844
2.02.02.02	Outros	18.507	17.844
2.02.02.02.03	Obrigações tributarias	803	868
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	1.704	976
2.02.02.02.06	Dividendos a pagar	16.000	16.000
2.02.04	Provisões	20.155	22.326
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	626	683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	346	346
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	280	337
2.02.04.02	Outras Provisões	19.529	21.643
2.02.04.02.05	Provisões diversas	2.296	2.218
2.02.04.02.06	Provisão para passivo descoberto	17.233	19.425
2.03	Patrimônio Líquido	101.221	98.993
2.03.01	Capital Social Realizado	29.068	29.068
2.03.04	Reservas de Lucros	72.911	71.484
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	72.911	71.484

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-758	-1.559

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.860	71.448
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.534	-39.412
3.03	Resultado Bruto	30.326	32.036
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.655	-29.758
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.605	-8.044
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.732	-16.788
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	951	-2.012
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	951	-2.012
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-327	-394
3.04.05.01	Depreciação	-327	-394
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	58	-2.520
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.671	2.278
3.06	Resultado Financeiro	-4.036	-1.491
3.06.01	Receitas Financeiras	4.579	5.085
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.615	-6.576
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	635	787
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	690	2.764
3.08.01	Corrente	200	-1.652
3.08.02	Diferido	490	4.416
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.325	3.551
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.325	3.551
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,39493	1,05841
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	1,05841

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	1.325	3.551
4.02	Outros Resultados Abrangentes	802	491
4.02.01	Ajuste de avaliação patrimonial	-7	-7
4.02.04	Ajuste Acumulados de Conversão	809	498
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.127	4.042

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65	4.440
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.093	8.721
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.325	3.551
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-58	2.520
6.01.01.03	Valor residual do imobilizado baixado	40	18
6.01.01.05	Depreciação e amortização	1.647	1.701
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferido	-490	-4.416
6.01.01.07	Encargos sobre financiamento	1.772	1.837
6.01.01.08	Provisões	-3.339	-834
6.01.01.09	Provisão para perda de estoque	-625	563
6.01.01.10	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	149	36
6.01.01.11	Provisão para riscos processuais	-57	60
6.01.01.12	Recuperação de IR e CSLL	0	3.685
6.01.01.13	Ajustes acumulados de conversão e lucro a realizar	-1.457	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.158	-4.281
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	17.612	17.975
6.01.02.02	Partes relacionadas	-1.125	205
6.01.02.03	Estoques	-4.894	-12.514
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-126	2.531
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-1.550	-927
6.01.02.06	Outros ativos	368	-469
6.01.02.07	Fornecedores	-7.488	-3.728
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e sociais	1.076	546
6.01.02.09	Obrigações tributárias	-953	-705
6.01.02.10	Receita antecipada	-103	-2.932
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	3.291	-4.490
6.01.02.12	Outros passivos	18	-495
6.01.02.13	Operação risco sacado	-4.968	722
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.566	-1.251
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.688	-1.386
6.02.03	Dividendos recebidos	122	135
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.218	-7.158
6.03.01	Captação de financiamentos	0	14.535
6.03.02	Amortização de financiamentos	-16.724	-22.007
6.03.05	Dividendos	-8.000	0
6.03.06	Aplicações caucionadas	179	514
6.03.08	Amortização de arrendamento mercantil	-270	-200
6.03.09	Captação de arrendamento mercantil	1.597	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.719	-3.969
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.200	59.103
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44.481	55.134

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	29.068	0	71.484	0	-1.559	98.993
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.068	0	71.484	0	-1.559	98.993
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.335	802	2.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.325	0	1.325
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	10	802	812
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	809	809
5.05.02.06	Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos impostos	0	0	0	10	-7	3
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	321	-230	0	91
5.06.04	Reserva de subvenção de investimentos - coligada	0	0	91	0	0	91
5.06.05	Reserva de investimentos - PTA	0	0	230	-230	0	0
5.07	Saldos Finais	29.068	0	71.805	1.105	-757	101.221

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	29.068	-2.392	74.044	846	0	101.566
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.068	-2.392	74.044	846	0	101.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	498	167	3.406	0	4.071
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.551	0	3.551
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	498	167	-145	0	520
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	498	0	0	0	498
5.05.02.09	Reserva de subvenção de investimentos - Coligada	0	0	145	-145	0	0
5.05.02.10	Reserva de Investimentos - PA	0	0	22	0	0	22
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-7	0	12	0	5
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-7	0	12	0	5
5.07	Saldos Finais	29.068	-1.901	74.211	4.264	0	105.642

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	80.341	84.863
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	80.473	84.688
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-132	175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.351	-44.203
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.776	-29.415
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.575	-14.788
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.990	40.660
7.04	Retenções	-1.648	-1.701
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.648	-1.701
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.342	38.959
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.637	2.565
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	58	-2.520
7.06.02	Receitas Financeiras	4.579	5.085
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.979	41.524
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.979	41.524
7.08.01	Pessoal	23.003	21.312
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.645	10.994
7.08.01.02	Benefícios	3.850	3.996
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.057	852
7.08.01.04	Outros	5.451	5.470
7.08.01.04.01	Remuneração da administração	1.992	2.203
7.08.01.04.02	Impostos e contribuições	3.459	3.267
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.173	9.440
7.08.02.01	Federais	3.418	2.428
7.08.02.02	Estaduais	6.732	6.976
7.08.02.03	Municipais	23	36
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.478	7.221
7.08.03.01	Juros	8.615	6.576
7.08.03.02	Aluguéis	863	645
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.325	3.551
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.325	3.551

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	320.744	350.802
1.01	Ativo Circulante	244.137	276.758
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.854	75.366
1.01.02	Aplicações Financeiras	475	404
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	475	404
1.01.02.01.03	Aplicações caucionadas	475	404
1.01.03	Contas a Receber	49.286	65.334
1.01.03.01	Clientes	49.286	65.334
1.01.04	Estoques	131.998	125.638
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.836	6.730
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.836	6.730
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.409	1.674
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.279	1.612
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.279	1.612
1.02	Ativo Não Circulante	76.607	74.044
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.642	14.157
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.181	1.705
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.181	1.705
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.461	12.452
1.02.01.10.03	Outros ativos nao circulantes	609	510
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	8.022	7.862
1.02.01.10.05	Aplicações caucionadas	3.830	4.080
1.02.02	Investimentos	3.226	3.124
1.02.02.01	Participações Societárias	3.226	3.124
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.226	3.124
1.02.03	Imobilizado	47.938	45.949
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	47.938	45.949
1.02.04	Intangível	10.801	10.814
1.02.04.01	Intangíveis	10.801	10.814
1.02.04.01.02	Intangível	10.801	10.814

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	320.744	350.802
2.01	Passivo Circulante	100.289	125.110
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.608	7.339
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.608	7.339
2.01.02	Fornecedores	20.807	29.371
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.957	27.354
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	850	2.017
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.030	48.838
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.030	48.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	28.872	29.611
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.158	19.227
2.01.05	Outras Obrigações	24.763	32.066
2.01.05.02	Outros	24.763	32.066
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.000
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	2.791	215
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	12.486	9.141
2.01.05.02.06	Obrigações Tributárias	2.586	3.405
2.01.05.02.07	Receitas Antecipadas	1.991	2.094
2.01.05.02.08	Partes relacionadas	1.247	1.185
2.01.05.02.09	Arrendamento mercantil	1.362	758
2.01.05.02.10	Operação de risco sacado	2.300	7.268
2.01.06	Provisões	4.081	7.496
2.01.06.02	Outras Provisões	4.081	7.496
2.01.06.02.04	Provisões diversas	4.081	7.496
2.02	Passivo Não Circulante	119.234	126.699
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	97.805	105.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	72.805	80.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	72.805	80.954
2.02.01.02	Debêntures	25.000	25.000
2.02.02	Outras Obrigações	18.507	17.844
2.02.02.02	Outros	18.507	17.844
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias	803	868
2.02.02.02.05	Arrendamento mercantil	1.704	976
2.02.02.02.07	Dividendos a pagar	16.000	16.000
2.02.04	Provisões	2.922	2.901
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	626	683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	346	346
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	280	337
2.02.04.02	Outras Provisões	2.296	2.218
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	101.221	98.993
2.03.01	Capital Social Realizado	29.068	29.068
2.03.04	Reservas de Lucros	72.911	71.484
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	72.911	71.484
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-758	-1.559

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	76.056	72.976
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.497	-37.868
3.03	Resultado Bruto	36.559	35.108
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.642	-33.009
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.857	-10.935
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.084	-19.663
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.500	-2.005
3.04.04.01	Outras receitas	1.500	-2.005
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-333	-410
3.04.05.01	Depreciação e amortização	-333	-410
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	132	4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.917	2.099
3.06	Resultado Financeiro	-4.282	-1.313
3.06.01	Receitas Financeiras	4.890	5.315
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.172	-6.628
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	635	786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	690	2.765
3.08.01	Corrente	200	-1.651
3.08.02	Diferido	490	4.416
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.325	3.551
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.325	3.551
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,39493	1,05841
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	1,05841

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.325	3.551
4.02	Outros Resultados Abrangentes	802	491
4.02.01	Ajuste de avaliação patrimonial	-7	-7
4.02.04	Ajustes acumulados de conversão	809	498
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.127	4.042
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.127	4.042

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.317	3.964
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.379	6.169
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.325	3.551
6.01.01.02	Resultado da equivalencia patrimonial	-132	-4
6.01.01.03	Valor residual de imobilizado baixado	49	28
6.01.01.05	Depreciação e amortização	1.708	1.713
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social sobre diferido	-490	-4.416
6.01.01.07	Encargos sobre financiamentos	1.772	1.837
6.01.01.08	Provisões	-3.337	-2.005
6.01.01.09	Provisões para perda de estoque	620	563
6.01.01.10	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	112	40
6.01.01.11	Outros resultados líquidos de impostos	809	1.117
6.01.01.12	Provisão para riscos processuais	-57	60
6.01.01.13	Recuperação IR e CLSS	0	3.685
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-62	-2.205
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	15.936	21.230
6.01.02.02	Partes relacionadas	62	-796
6.01.02.03	Estoques	-6.980	-12.754
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-266	2.448
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-1.735	-1.019
6.01.02.06	Outros ativos	250	-245
6.01.02.07	Fornecedores	-8.564	-3.651
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e sociais	1.269	506
6.01.02.09	Obrigações tributárias	-884	-730
6.01.02.10	Receitas antecipadas	-103	-2.932
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	3.345	-4.489
6.01.02.12	Outros passivos	2.576	-495
6.01.02.13	Operação risco sacado	-4.968	722
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.611	-1.584
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.688	-1.719
6.02.02	Aquisição de intangível	-45	0
6.02.03	Dividendos recebidos	122	135
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.218	-7.158
6.03.01	Captação de financiamento	0	14.535
6.03.02	Amortização de financiamento	-16.724	-22.007
6.03.05	Dividendos	-8.000	0
6.03.06	Aplicações caucionadas	179	514
6.03.07	Captação de arrendamento mercantil	1.597	0
6.03.08	Amortização de arrendamento mercantil	-270	-200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.512	-4.778
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.366	64.007
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.854	59.229

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	29.068	0	71.484	0	-1.559	98.993	0	98.993
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.068	0	71.484	0	-1.559	98.993	0	98.993
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.335	802	2.137	0	2.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.325	0	1.325	0	1.325
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	10	802	812	0	812
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	809	809	0	809
5.05.02.06	Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos impostos	0	0	0	10	-7	3	0	3
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	321	-230	0	91	0	91
5.06.04	Reserva subvenção coligadas	0	0	91	0	0	91	0	91
5.06.05	Reserva subvenção PTA	0	0	230	-230	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	29.068	0	71.805	1.105	-757	101.221	0	101.221

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	29.068	0	74.044	846	-2.392	101.566	0	101.566
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.068	0	74.044	846	-2.392	101.566	0	101.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	167	3.406	498	4.071	0	4.071
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.551	0	3.551	0	3.551
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	167	-145	498	498	0	498
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	498	498	0	498
5.05.02.09	Reserva de subvenção de investimento _ Coligada	0	0	145	-145	0	0	0	0
5.05.02.10	Reserva de investimento - PTA	0	0	22	0	0	0	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	0	22	0	22
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12	-7	5	0	5
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	12	-7	5	0	5
5.07	Saldos Finais	29.068	0	74.211	4.264	-1.901	105.642	0	105.642

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	87.358	86.386
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	87.669	86.216
7.01.02	Outras Receitas	567	16
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-878	154
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.152	-45.822
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.395	-28.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.757	-17.608
7.03	Valor Adicionado Bruto	44.206	40.564
7.04	Retenções	-1.585	-1.713
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.585	-1.713
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	42.621	38.851
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.034	5.319
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	132	4
7.06.02	Receitas Financeiras	4.902	5.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.655	44.170
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.655	44.170
7.08.01	Pessoal	25.830	23.607
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.057	12.831
7.08.01.02	Benefícios	3.967	4.151
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.057	852
7.08.01.04	Outros	5.749	5.773
7.08.01.04.01	Remuneração da administração	1.992	2.203
7.08.01.04.02	Impostos e contribuições	3.757	3.570
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.174	9.499
7.08.02.01	Federais	3.418	2.455
7.08.02.02	Estaduais	6.732	6.976
7.08.02.03	Municipais	24	68
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.326	7.513
7.08.03.01	Juros	9.186	6.628
7.08.03.02	Aluguéis	1.140	885
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.325	3.551
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.325	3.551

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

1º Trimestre de 2026

Prática Produtos S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Período findo em 31 de março de 2026

Sucesso sustentável é sucesso compartilhado

Comentário do Desempenho

Sumário executivo

Síntese dos principais temas do trimestre para investidores e demais usuários externos.

O primeiro trimestre de 2026 combinou crescimento de receita, recuperação do desempenho operacional e manutenção de liquidez adequada para suportar a estratégia de crescimento da Prática Produtos S.A. A receita líquida consolidada atingiu R\$ 76,1 milhões, crescimento de 4,2% em relação ao primeiro trimestre de 2025, com destaque para o avanço das exportações.

O lucro bruto alcançou R\$ 36,6 milhões e a margem bruta permaneceu estável em 48,1%, demonstrando disciplina na formação de preços e manutenção da eficiência dos custos dos produtos vendidos. O EBITDA apresentou recuperação relevante, atingindo R\$ 6,6 milhões, com margem de 8,7%, acima dos 5,2% registrados no mesmo período do ano anterior.

O lucro líquido do trimestre foi de R\$ 1,3 milhão, inferior ao observado no primeiro trimestre de 2025. Essa redução deve ser analisada em conjunto com os efeitos abaixo do EBITDA, especialmente o resultado financeiro e a menor contribuição de efeitos fiscais positivos em comparação ao período anterior. A leitura central do trimestre é de melhora operacional, ainda que a última linha do resultado tenha permanecido pressionada por itens não diretamente associados à margem operacional.

Do ponto de vista patrimonial, a Companhia encerrou março de 2026 com caixa e equivalentes de R\$ 50,9 milhões e liquidez corrente de 2,43x, reforçando a capacidade de honrar obrigações de curto prazo e preservar flexibilidade financeira. A dívida bruta recuou no trimestre, enquanto a dívida líquida aumentou em razão da redução do saldo de caixa, refletindo amortizações, pagamento de dividendos e investimentos.

- **Crescimento com diversificação geográfica:** a participação das exportações passou de 22,3% para 37,5% da receita líquida consolidada.
- **Recuperação operacional:** o EBITDA cresceu 73,8% em relação ao 1T25 e a margem EBITDA avançou 3,5 pontos percentuais.
- **Liquidez preservada:** a liquidez corrente encerrou o trimestre em 2,43x, acima do patamar de dezembro de 2025.
- **Alavancagem administrável:** a relação dívida líquida/EBITDA LTM permaneceu em torno de 1,83x, compatível com a estratégia de crescimento.

Comentário do Desempenho

1. Perfil da Companhia

Visão geral dos negócios, propósito e mercados atendidos.

A Prática Produtos S.A. é uma empresa brasileira especializada no desenvolvimento, fabricação e comercialização de soluções para preparo de alimentos, com portfólio composto por fornos combinados, speed ovens, fornos e equipamentos de panificação, ultracongeladores e lavadoras de louças. Fundada em 1991 e sediada em Pouso Alegre, Minas Gerais, a Companhia atua nos principais segmentos de foodservice e mantém presença comercial no Brasil e no exterior.

O propósito da Companhia é ajudar seus clientes a preparar comida de qualidade sem desperdícios. Esse posicionamento orienta a oferta de soluções integradas, combinando equipamentos, suporte pré e pós-venda, conhecimento técnico de chefs e nutricionistas, tecnologia aplicada e proximidade com o cliente.

Ao final do período, a Prática contava com mais de 750 colaboradores, incluindo mais de 50 profissionais dedicados a pesquisa e desenvolvimento. A Companhia atende mais de 39 mil clientes e possui presença em mais de 50 países, por meio de subsidiárias próprias e rede de distribuidores, representantes, revendedores e assistentes técnicos.

Mercados atendidos e portfólio

A Companhia atende restaurantes, fast-food, padarias, supermercados, catering, cozinhas industriais e lojas de conveniência. O portfólio é estruturado para apoiar operações em diferentes etapas da cadeia de preparo de alimentos, com foco em produtividade, qualidade, padronização, eficiência energética e redução de desperdícios.

Linha de produto	Contribuição estratégica
Fornos combinados	Equipamentos centrais para operações de foodservice, com produtividade, flexibilidade e consistência no preparo de alimentos.
Speed ovens	Fornos de alta tecnologia que combinam micro-ondas e ar impingido, com aplicação relevante em operações que demandam velocidade e padronização.
Fornos de panificação	Categoria de alto volume e relevância na cadeia de panificação, com modelos voltados à produtividade e uniformidade.
Equipamentos de panificação	Soluções que ampliam automação e produtividade em diferentes etapas da produção de pães e confeitaria.
Ultracongeladores e abatidores	Tecnologia de ultracongelamento e apoio a processos de cocção e resfriamento, com ganhos operacionais e de segurança alimentar.
Lavadoras de louças	Complemento ao portfólio de soluções integradas, com relevância no canal de vendas e nas operações de foodservice.

2. Estratégia e presença de mercado

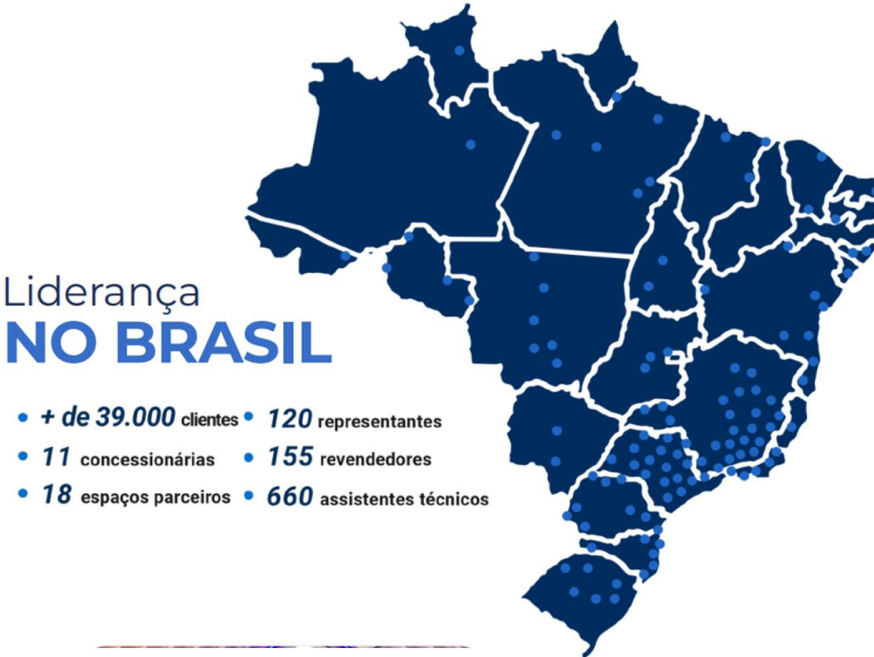
Internacionalização, capilaridade comercial e prioridades de 2026.

A Prática tem como diretriz estratégica consolidar sua posição no mercado brasileiro e ampliar, de forma sustentável, sua presença internacional. A Companhia entende que a diversificação geográfica, a proximidade com clientes e distribuidores e o desenvolvimento de produtos adaptados às necessidades dos mercados externos são vetores relevantes para a geração de valor no longo prazo.

No Brasil, a Companhia mantém ampla rede de atendimento, composta por concessionárias, revendedores, representantes, espaços parceiros e assistentes técnicos. Essa capilaridade reforça a estratégia de proximidade com o cliente e apoia a qualidade do suporte prestado antes e depois da venda.

Além disso, a Prática destaca-se por sua presença ativa em eventos e feiras de negócios. Sua eficaz atuação no campo digital complementa essa abordagem, garantindo uma presença on-line dinâmica e envolvente, que facilita a comunicação e o acesso às suas soluções inovadoras.

Comentário do Desempenho



No exterior, a Companhia opera por meio de subsidiárias nos Estados Unidos, no Chile e na Alemanha, além de rede global de distribuidores. Essas estruturas aproximam a Prática de mercados estratégicos, ampliam a capacidade de atendimento local e apoiam a consolidação da marca em regiões com elevado potencial de crescimento.



Comentário do Desempenho

3. Desempenho econômico-financeiro

Análise dos resultados consolidados do primeiro trimestre de 2026.

3.1 Condições financeiras e resultado do período

No primeiro trimestre de 2026, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 76,1 milhões, crescimento de 4,2% em relação ao 1T25. O desempenho foi sustentado pela expansão das exportações.

O lucro bruto totalizou R\$ 36,6 milhões e a margem bruta permaneceu em 48,1%, no mesmo patamar do período comparativo. A estabilidade desse indicador demonstra que o crescimento da receita ocorreu sem deterioração relevante da rentabilidade dos produtos vendidos, reforçando a consistência industrial e a disciplina comercial da Companhia.

O EBITDA alcançou R\$ 6,6 milhões, crescimento de 73,8% em relação ao 1T25, com margem EBITDA de 8,7%. Essa evolução indica melhora do desempenho operacional antes dos efeitos financeiros, fiscais e de depreciação e amortização, ainda em um contexto de investimentos voltados à estrutura comercial e à internacionalização.

O lucro líquido foi de R\$ 1,3 milhão, redução de 62,7% frente ao 1T25. Para a leitura do investidor, é importante separar a evolução operacional da última linha do resultado: o EBITDA mostrou recuperação relevante, enquanto o lucro líquido foi pressionado por efeitos abaixo do EBITDA, incluindo resultado financeiro e menor contribuição de efeitos fiscais positivos em comparação ao primeiro trimestre de 2025.

	1T25	1T26	Variação
Receita líquida (R\$ mi)	73,0	76,1	+4,2%
Lucro bruto (R\$ mi)	35,1	36,6	+4,1%
Margem bruta	48,1%	48,1%	0,0 p.p.
EBITDA (R\$ mi)	3,8	6,6	+73,8%
Margem EBITDA	5,2%	8,7%	+3,5 p.p.
Lucro líquido (R\$ mi)	3,6	1,3	-62,7%
Margem líquida	4,9%	1,7%	-3,1 p.p.

Valores em milhões de reais, exceto percentuais. EBITDA é indicador não contábil utilizado pela Administração para análise de desempenho operacional.

3.2 Receita por destino

Sob a ótica geográfica, a principal mudança do trimestre foi o aumento das exportações, que avançaram 75,3% e atingiram R\$ 28,5 milhões. A participação das exportações na receita líquida passou de 22,3% no 1T25 para 37,5% no 1T26, evidenciando a continuidade da estratégia de diversificação geográfica e fortalecimento da presença internacional.

Destino (R\$ mi)	1T25	1T26	Variação
Mercado nacional	56,7	47,5	-16,2%
Exportação	16,3	28,5	+75,3%
Participação exportação	22,3%	37,5%	+15,2 p.p.

Comentário do Desempenho

3.3 Margens e rentabilidade

A estabilidade da margem bruta em 48,1% indica que a Companhia preservou a rentabilidade dos produtos vendidos, mesmo em um trimestre de mudança relevante no mix geográfico. Esse comportamento é relevante porque demonstra que o avanço das exportações não ocorreu à custa de compressão material da margem bruta.

A margem EBITDA avançou de 5,2% para 8,7%, refletindo melhor conversão do lucro bruto em resultado operacional antes dos efeitos financeiros, fiscais e de depreciação e amortização. Esse avanço sugere início de recuperação da rentabilidade após os investimentos em estrutura comercial e internacionalização realizados nos períodos anteriores.

A margem líquida recuou de 4,9% para 1,7%. A Administração entende que a análise do trimestre deve considerar os diferentes níveis de resultado: a operação apresentou melhora no EBITDA, enquanto a última linha permaneceu impactada por fatores abaixo do EBITDA e por comparabilidade fiscal menos favorável em relação ao 1T25.

Indicador	1T25	1T26	Leitura
Margem bruta	48,1%	48,1%	Estável
Margem EBITDA	5,2%	8,7%	+3,5 p.p.
Margem líquida	4,9%	1,7%	-3,1 p.p.

Indicadores calculados sobre a receita líquida, exceto quando indicado.4.
Condições patrimoniais e estrutura de capital

Liquidez, solvência de curto prazo e endividamento.

4.1 Liquidez e solvência de curto prazo

A Companhia encerrou o 1T26 com ativo circulante de R\$ 244,1 milhões e passivo circulante de R\$ 100,3 milhões. A liquidez corrente atingiu 2,43x, superior aos 2,21x registrados em 31 de dezembro de 2025, evidenciando folga de curto prazo para o cumprimento das obrigações operacionais e financeiras.

A melhora da liquidez corrente ocorreu porque a redução do passivo circulante foi proporcionalmente maior que a redução do ativo circulante. O passivo circulante caiu 19,8%, enquanto o ativo circulante recuou 11,8%. Essa evolução reforça a capacidade de gestão das obrigações de curto prazo, apesar dos desembolsos ocorridos no trimestre.

A liquidez seca recuou de 1,21x para 1,12x, refletindo principalmente a redução do saldo de caixa e a maior participação relativa dos estoques no capital de giro. Ainda assim, o indicador permaneceu acima de 1,0x, patamar que sugere solvência de curto prazo adequada.

Indicador (R\$ mi)	31/12/2025	31/03/2026	Variação
Ativo circulante	276,8	244,1	-11,8%
Passivo circulante	125,1	100,3	-19,8%
Liquidez corrente	2,21x	2,43x	+0,22x
Ativo circulante - estoques	151,1	112,1	-25,8%
Liquidez seca	1,21x	1,12x	-0,09x
Caixa e equivalentes	75,4	50,9	-32,5%
Estoques	125,6	132,0	+5,1%

Valores em milhões de reais, exceto índices.

Comentário do Desempenho

4.2 Estrutura de capital e endividamento

A dívida bruta total da Companhia encerrou março de 2026 em R\$ 139,8 milhões, redução de 9,7% em relação a dezembro de 2025. A queda decorreu da redução tanto das obrigações de curto prazo quanto das obrigações de longo prazo, enquanto o saldo de debêntures permaneceu estável em R\$ 25,0 milhões.

Apesar da redução da dívida bruta, a dívida líquida aumentou de R\$ 74,9 milhões para R\$ 84,7 milhões, reflexo da diminuição do saldo de caixa e aplicações caucionadas. Essa variação está associada aos desembolsos de financiamento, dividendos e investimentos realizados no trimestre.

A relação dívida líquida/EBITDA LTM ficou em aproximadamente 1,83x, ante 1,73x em dezembro de 2025. A Administração considera esse patamar administrável e compatível com a estratégia de crescimento, observada a geração operacional, a liquidez disponível e a disciplina na estrutura de capital.

Indicador (R\$ mi)	31/12/2025	31/03/2026	Variação
Dívida bruta total	154,8	139,8	-9,7%
Dívida de curto prazo	48,8	42,0	-13,9%
Dívida de longo prazo	81,0	72,8	-10,1%
Debêntures	25,0	25,0	0,0%
Caixa + aplicações caucionadas	79,9	55,2	-30,9%
Dívida líquida	74,9	84,7	+13,0%
Dívida líquida / EBITDA LTM	1,73x	1,83x	+0,10x

Dívida bruta inclui empréstimos, financiamentos e debêntures. EBITDA LTM em base gerencial.

5. Fluxo de caixa do trimestre

Geração operacional, investimentos e financiamento.

O fluxo de caixa operacional foi positivo em R\$ 2,3 milhões no 1T26, ante R\$ 4,8 milhões no 1T25. A geração operacional do período foi apoiada principalmente pela redução de contas a receber, parcialmente compensada por aumento de estoques e redução de fornecedores.

As atividades de investimento consumiram R\$ 3,6 milhões no trimestre, em linha com aquisições de imobilizado e intangível necessárias à manutenção da capacidade operacional e à execução da estratégia de crescimento. A Administração acompanha os investimentos de forma disciplinada, buscando equilíbrio entre expansão, eficiência produtiva e preservação de liquidez.

As atividades de financiamento consumiram R\$ 23,2 milhões e foram o principal fator de redução do caixa no trimestre, refletindo amortizações de financiamentos e pagamento de dividendos. Mesmo após esses desembolsos, a Companhia encerrou o 1T26 com R\$ 50,9 milhões em caixa e equivalentes de caixa.

Fluxo de caixa (R\$ mi)	1T25	1T26	Variação
Atividades operacionais	4,8	2,3	-52,6%
Atividades de investimento	(1,6)	(3,6)	+R\$ 2,0 mi
Atividades de financiamento	(8,0)	(23,2)	+R\$ 15,2 mi
Redução líquida de caixa	(4,8)	(24,5)	+R\$ 19,7 mi
Caixa no início do período	64,0	75,4	+17,8%
Caixa no final do período	59,2	50,9	-14,1%

Valores consolidados em milhões de reais. Parênteses indicam uso de caixa.

Comentário do Desempenho

6. ESG, qualidade e governança

Agenda integrada ao propósito e ao crescimento sustentável.

A agenda ESG da Prática está integrada ao propósito de promover comida de qualidade sem desperdícios. A Companhia direciona iniciativas ambientais, sociais e de governança para apoiar operações mais eficientes, fortalecer a cultura organizacional, ampliar o impacto social positivo e preservar a confiança de clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e demais públicos de relacionamento.

Dimensão	Principais iniciativas e fundamentos
Ambiental	Foco em eficiência energética, redução de desperdícios e desenvolvimento de equipamentos que apoiam operações mais sustentáveis de preparo de alimentos.
Social	Aplicação de 2% do resultado da Companhia em iniciativas sociais, apoio a mais de 15 instituições, programas de educação, trainee universitário, ações de solidariedade, vacinação e programas de saúde.
Governança	Conselho de Administração, auditoria independente, registro CVM/B3, ouvidoria, código de ética, planejamento estratégico e comitê de auditoria permanente.

Qualidade e cultura

A Política da Qualidade orienta a organização na busca pela excelência em produtos, serviços e processos. O programa Qualidade Sem Lacunas reforça princípios como perfeição, foco no cliente, conhecimento, protagonismo, harmonia organizacional, senso de urgência, constância de propósitos e evolução contínua.

Os valores da Companhia orientam decisões e comportamentos em todos os níveis da organização: competitividade, dedicação ao cliente, respeito, agilidade, comprometimento, proatividade, vontade de melhorar, inovação, espírito de colaboração, honestidade e integridade, austeridade e gratidão.

Comentário do Desempenho

7. Declarações e avisos

Declaração da Administração

A Administração declara que discutiu, reviu e concorda com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Prática Produtos S.A. referentes ao período findo em 31 de março de 2026, bem como com os relatórios e documentos relacionados à divulgação dos resultados do trimestre.

Auditoria independente

As informações financeiras e contábeis apresentadas neste relatório devem ser lidas em conjunto com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas. Eventuais revisões, validações formais ou relatórios emitidos pelos auditores independentes devem prevalecer sobre este material gerencial e de comunicação.

Relacionamento com a auditoria externa

Com o objetivo de atender às Resoluções CVM 80/2022 e 162/2022, a Prática Produtos S.A. informa que a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o primeiro trimestre de 2026, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Aviso legal

Este documento contém informações prospectivas. Tais informações são previsões, e não garantias de desempenho futuro, estando sujeitas a riscos, incertezas e fatores de natureza operacional, financeira, econômica, regulatória e de mercado que podem fazer com que os resultados reais difiram de maneira relevante daqueles expressos ou implícitos nas informações prospectivas.

As informações não contábeis e métricas gerenciais, como EBITDA e dívida líquida/EBITDA, devem ser analisadas como instrumentos complementares de avaliação e não substituem as medidas contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro aplicáveis.

Pouso Alegre/MG, 15 de maio de 2026.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Prática Produtos S.A. (“Companhia” ou “Prática”), instalada no Município de Pouso Alegre - MG, Rodovia BR 459, Km 101 - CEP 37.556-140, tem como objeto social e atividade preponderante fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios; fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios; importação de máquinas, equipamentos e componentes necessários para consecução do objeto social; indústria, comércio, exportação e importação de máquinas e equipamentos para cozinhas industriais, panificadoras, restaurantes; assistência técnica e industrialização por conta de terceiros; e participação em outras companhias, nacionais ou estrangeiras, empresariais ou civis, como sócia ou acionista.

A Companhia foi constituída em setembro de 2006 com a denominação Klimaquip S.A. – Tecnologia do Frio e até o início do ano de 2009 teve como atividade principal a exploração da marca Klimaquip, comercializada preponderantemente pela parte relacionada Prática Produtos Ltda. (“Prática”) mediante pagamento de royalties de 8% sobre o valor de venda dos produtos com a marca Klimaquip.

Em maio de 2009, a empresa Alagoa Brasil Participações Ltda. (“Alagoa”), holding não operacional, adquiriu participação na Companhia por meio do aporte de capital no montante de R\$ 10.720, equivalente à participação de 50,57% do capital social da Companhia. Após a alteração da composição acionária, as operações de comercialização de produtos com a marca Klimaquip por meio da Prática foram descontinuadas e, em contrapartida, as atividades de fabricação e comercialização de produtos pela Companhia foram expandidas.

Durante 2013 ocorreu alteração da estrutura acionária da Companhia, passando a ser detida em 60% pela MNF Capital SGPS S.A., que adquiriu durante o exercício os 51,58% que eram anteriormente detidos pela Alagoa.

Em janeiro de 2014 foi assinado um acordo de subscrição, compra e venda e outras avenças sob condição suspensiva, o qual teve o seu termo de fechamento em março de 2014, e que produziu como efeito a transferência de propriedade de 60% das ações detidas pela MNF Capital SGPS S.A. para a Prática Participações S.A. Tornando dessa forma a Prática Participações S.A. detentora de 100% do capital da Companhia.

Em outubro de 2015, em assembleia geral extraordinária realizada, a Companhia teve seu nome alterado de Klimaquip S.A. – Tecnologia do Frio para Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A., modificando seu objeto social, abrindo duas filiais e alterando o estatuto social para que reflita as alterações anteriores.

Na data de 31 de maio de 2016, ocorreu a incorporação da controlada Prática Produtos S.A. com base em Laudo de Avaliação do acervo líquido da Companhia incorporada datado de 31 de maio de 2016. Essa medida estava prevista desde 2014. A incorporação ocorreu devido à similaridade de operações das empresas que apresentam processos produtivos semelhantes e operações de venda ao mesmo mercado consumidor.

A incorporação trouxe vantagens pela racionalização na estrutura societária e maior aproveitamento das sinergias existentes entre as referidas Companhias, com a diminuição de custos financeiros, operacionais e administrativos, gerando benefícios e maior eficiência para as partes.

No último trimestre de 2017, ocorreu a incorporação reversa da controladora Prática Participações S.A. com base em Laudo de Avaliação do acervo líquido da Companhia incorporada datado de 30 de setembro de 2017. Essa medida visou simplificar a estrutura societária do grupo.

Notas Explicativas

A incorporação reversa resultou no aumento do patrimônio líquido da Companhia, com a consequente redistribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia até então de propriedade da Prática Participações à Brava Participações Ltda., bem como da emissão, pela Companhia, de 2.057.154 (dois milhões, cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias e a criação e emissão de 373.242 (trezentas e setenta e três mil, duzentas e quarenta e duas) novas ações preferenciais classe "A" e 414.253 (quatrocentas e quatorze mil, duzentas e cinquenta e três) novas ações preferenciais classe "B" observando-se a atual participação dos sócios da Prática Participações no capital desta.

Em 31 de agosto de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho da Administração aprovou o resgate das 414.253 ações preferenciais de classe "B" de titularidade da MNF Capital – SGPS S.A. pelo valor total de R\$ 8.400. Na mesma data, deliberou-se o cancelamento das referidas ações preferenciais adquiridas, utilizando para isso o saldo do "Fundo de resgate", "Reservas de capital" e "Lucros retidos".

A Companhia concluiu a listagem BOVESPA MAIS Nível 2 e o seu Registro na CVM, em setembro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de julho de 2023 foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de "Prática Klimaquip Industria e Comercio S.A." para "Prática Produtos S.A.".

Em fevereiro de 2023 a Companhia apresentou aos seus acionistas laudo realizado pela empresa PWC Strategy do Brasil Consultoria Empresarial Ltda. que mostra a inviabilidade de realização do IPO da Companhia neste momento. Desta forma, fica a empresa desobrigada a realizar a abertura de capital conforme obrigatoriedade do acordo de acionistas.

Em 15 de dezembro de 2023 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 373.242 (trezentas e setenta e três mil, duzentas e quarenta e duas) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e detidas pela acionista BNDESPAR, ao preço unitário de R\$59,99 por ação, pelo montante de R\$ 22.392 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e dois mil reais), utilizando para o saldo do "Fundo de resgate", "Reservas de capital" e "Lucros retidos". Na mesma data foi aprovado o cancelamento e extinção de todas as ações preferenciais emitidas pela Companhia.

2. Apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Informações individuais e consolidadas

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa informação. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.3 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das informações individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos – CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia.

2.4 Conversão de saldos em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As informações de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade.

Notas Explicativas

Conforme dispõe a CPC 02 (R2) – efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As informações consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Prática Produtos S.A.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do período, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo custo histórico são convertidos à taxa de câmbio na data das transações iniciais e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

- i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das informações consolidadas;
- ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio; e
- iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de “Ajustes acumulados de conversão”.

2.5 Consolidação, provisão para passivos a descoberto e investimento

2.5.1 Base para consolidação da empresa controlada

As Informações consolidadas incluem a participação nas seguintes empresas controladas:

Controlada	31/03/2026 (%)	31/12/2025 (%)
Prática Products Inc.	100	100
Prática Chile Spa	100	100
Prática Europe GmbH	100	100

Prática Products INC

A Prática Products INC. (“Pratica USA”), sediada em Lewisville, Texas, Estados Unidos da América, tem como objetivo social e atividade preponderante exercer atividade ligada à fabricação, venda, locação, importação e exportação de máquinas e equipamentos para cozinhas industriais, padarias e restaurantes bem como prestação de assistência técnica e assistência de comerciais em geral para terceiros, bem como a participação em demais empresas, como sócia ou acionista.

Notas Explicativas

O controle efetivo da Companhia na empresa citada acima teve início em 01 de janeiro de 2018, data em que a Companhia incorporou sua controladora Prática Participações S.A., que até então detinha o controle de tal empresa.

Prática Chile SPA

A Prática Chile SPA, sediada em Santiago, Chile, tem como objetivo social e atividade preponderante exercer atividade ligada à venda, locação, importação e exportação de máquinas e equipamentos para cozinhas industriais, padarias e restaurantes bem como prestação de assistência técnica e assistência de comerciais em geral para terceiros, bem como a participação em demais empresas, como sócia ou acionista para o mercado Chileno.

Prática Europe GmbH

A Prática Europe GmbH, sediada em Colônia, Alemanha, tem como objetivo social e atividade preponderante exercer atividade ligada à venda, locação, importação e exportação de máquinas e equipamentos para cozinhas industriais, padarias e restaurantes bem como prestação de assistência técnica e assistência de comerciais em geral para terceiros atendendo todo o mercado Europeu.

Os saldos e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas decorrentes dessas operações, são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras. Os ganhos não realizados resultantes de transações com companhias investidas, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, são ajustados contra o investimento, na proporção da participação do Grupo na investida. Da mesma forma, os prejuízos não realizados são eliminados, exceto nos casos em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5.2 Investimento em coligada

Coligadas são entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, sem, no entanto, deter o controle, geralmente caracterizada por uma participação societária entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos nessas entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo.

Coligada	31/03/2026 (%)	31/12/2025 (%)
Embtech Tecnologia Embarcada S.A.	30	30

A Embtech Tecnologia Embarcada S.A. tem como objeto social as seguintes atividades: (I) indústria, comércio, importação, exportação de equipamentos de informática e componentes eletrônicos em geral; (II) projeto e desenvolvimento de hardware e sistemas embarcados para aplicações especiais no setor de automação e controle; (III) prestação de serviços de manutenção e reparos de equipamentos de informática e componentes eletrônicos em geral.

3. Resumo das práticas contábeis materiais

3.1 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Notas Explicativas

3.1.1 Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 3.11. Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com partes relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(e) Desconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem base nas premissas do CPC 48 – Instrumentos financeiros, e considera a análise do nível de perdas históricas e o conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes. A provisão para perdas estimadas para liquidação duvidosa, tem base nas premissas do CPC 48 – Instrumentos financeiros, e considera a análise do nível de perdas históricas e o conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, sendo considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Administração monitora constantemente todos os títulos e a situação individual dos seus clientes, assim como a qualidade do crédito concedido. Quando o resultado destas avaliações pressupõe riscos de realização dos créditos, são efetuadas negociações para acompanhamento dos prazos junto a esses clientes.

Com base nessas avaliações, a Administração entende que os valores provisionados em 31 de março de 2026 são suficientes para cobrir as possíveis perdas com inadimplência.

3.1.2 Passivos Financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

(c) Desconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é valorizado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Periodicamente a administração avalia a composição dos seus estoques realizando provisão para obsolescência para itens com giro lento e sem expectativa de utilização. A Companhia adota uma política para a classificação de itens de giro lento, identificando como tal aqueles que não apresentaram movimentação nos últimos 360 dias. Para esses itens, são constituídas provisões específicas, sobretudo quando não há expectativa razoável de utilização futura. Adicionalmente, a Companhia estabelece provisões para itens que foram descontinuados ou que deixaram de ser comercializados em virtude de decisões estratégicas ou mudanças nas condições de mercado.

3.4 Imobilizado

3.4.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Certos bens do ativo imobilizado, compreendidos por terrenos e edificações, foram avaliados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Os efeitos foram refletidos no balanço da Companhia de forma reflexa na rubrica de investimentos à contrapartida do patrimônio líquido.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Notas Explicativas

3.4.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A média das vidas úteis estimadas em anos para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Imóveis / construção	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	10
Computadores e periféricos	5
Utensílios diversos	10
Ferramentas	10
Máquinas industriais	10
Equipamentos p/ telefonia	10
Fornos industriais	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos Intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada período.

3.5.1 Ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

Notas Explicativas

O valor contábil do ágio é comparado ao seu valor recuperável, que é o maior entre o seu valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma investida incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do período.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Não há cláusulas previstas nos contratos de trabalho de benefícios pós emprego.

3.8 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

3.9 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.10 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 - Evento subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado; já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

3.11 Reconhecimento da receita de venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Fornos, refrigeradores e máquinas de panificação: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Produtos *plug and play*: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

Notas Explicativas

(ii) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos.

A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Comitê e Diretoria Executiva da Companhia.

3.13 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Aplicação de julgamentos e políticas contábeis materiais na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

O processo de elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.
- (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 3.3.
- (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda de crédito estimada: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 3.1.1. (f).
- (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 3.14), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 3.8).
- (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade perdas inclui avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.

Notas Explicativas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3.16 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados.

3.17 Novas normas, alterações e interpretações

As emissões/alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) que são efetivas para o período iniciado em 2026 não tiveram impactos nas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o período de 2027 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da adoção destas normas:

- **Emissão da Norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das informações contábeis intermediárias:** A Companhia iniciou, em 2025, o projeto de avaliação e implementação do IFRS 18, norma que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Informações contábeis intermediárias introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários e trará mudanças relevantes na forma de apresentação do desempenho financeiro e na estrutura das demonstrações financeiras. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas informações contábeis intermediárias, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das informações contábeis intermediárias.

O projeto está sendo conduzido com o suporte de consultoria externa especializada, em conjunto com as áreas internas envolvidas, incluindo Contabilidade, Controladoria, Fiscal, Planejamento Financeiro e Tecnologia da Informação. As atividades em andamento contemplam o diagnóstico inicial dos impactos, o mapeamento das principais mudanças requeridas pela norma, bem como a definição de diretrizes contábeis e operacionais para sua aplicação.

A Companhia estabeleceu um cronograma formal de implementação, que inclui as fases de diagnóstico, desenho das soluções, adequações de processos e sistemas, testes e capacitação das equipes, de modo a assegurar a adoção tempestiva e consistente do IFRS 18 a partir de 1º de janeiro de 2027, sua data de vigência obrigatória.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração encontra-se avaliando os impactos potenciais da nova norma sobre a apresentação e divulgação das informações financeiras. Os efeitos quantitativos ainda estão em fase de análise e serão divulgados oportunamente, conforme o avanço do projeto e a conclusão das avaliações necessárias;

Notas Explicativas

- **Emissão da Norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações:** esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para períodos iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações contábeis intermediárias;
- **Alteração da norma IAS 21 – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária:** altera requisitos de tratamento e divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas informações contábeis intermediárias; e

4. Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composta por disponibilidades imediatas e aplicações financeiras de curto prazo, altamente líquidas e com baixo risco de mudança de valor. Esses recursos representam o saldo disponível para operações e o montante em aplicações que podem ser prontamente convertidos em caixa, conforme as necessidades de liquidez da Companhia.

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	1	1	8	5
Bancos conta movimento	2.195	4.866	8.195	8.202
Aplicações financeiras	42.285	66.333	42.651	67.159
	44.481	71.200	50.854	75.366

As aplicações financeiras estão distribuídas nas seguintes modalidades:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações em CDB	3.259	6.006	3.625	6.832
Aplicações de liquidez imediata	39.026	60.327	39.026	60.327
	42.285	66.333	42.651	67.159

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em renda fixa ou em fundos referenciados no DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento de sua rentabilidade. A seleção dos papéis segue o critério da melhor relação entre rentabilidade e “rating” do emissor, este último não inferior ao grau de investimento (“*Investments grade*” - escala nacional em moeda local). A rentabilidade das aplicações varia entre 100% e 102% do CDI.

Notas Explicativas

5. Aplicações caucionadas

A Companhia realiza operações de crédito que exigem a constituição de garantias sob a forma de aplicações financeiras caucionadas.

Tais garantias permanecem indisponíveis durante a vigência dos contratos de empréstimo, sendo sua liberação condicionada à quitação integral das obrigações financeiras assumidas. Os montantes referentes às aplicações caucionadas estão classificados no balanço patrimonial como ativos restritos, segregados das demais aplicações de livre movimentação, conforme detalhado a seguir.

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
100% CDI	261	0
102% CDI	12	50
Renda variável	202	354
	475	404
	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Não circulante		
100% CDI	3.750	4.000
Título de capitalização	80	80
	3.830	4.080

(a) Fundos de renda variável com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Os montantes captados para os quais as aplicações caucionadas dão garantia são de R\$ 41.538 em 31 de março de 2026 (R\$ 42.692 em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber representam os montantes devidos à Companhia em função da comercialização de produtos e da prestação de serviços no curso regular de suas atividades. Os valores apresentados a seguir estão registrados pelo valor nominal das faturas emitidas, ajustados pela provisão para perdas estimadas, conforme aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Clientes nacionais	39.034	58.811	39.034	58.811
Clientes internacionais	5.187	3.022	11.759	7.918
	44.221	61.833	50.793	66.729
Perda de crédito esperada	(734)	(585)	(1.507)	(1.395)
	43.487	61.248	49.286	65.334

Notas Explicativas

Os valores a receber são classificados de acordo com os respectivos prazos de vencimento. Em 31 de março de 2026, a composição foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	37.812	56.549	42.327	60.453
Vencidos de 01 a 30 dias	3.562	3.148	5.447	3.767
Vencidos de 31 a 60 dias	771	616	924	705
Vencidos de 61 a 90 dias	700	503	700	611
Vencidos de 91 a 180 dias	826	565	842	738
Vencidos de 181 a 360 dias	224	80	227	83
Acima de 360 dias	326	372	326	372
Provisão para perdas de crédito esperado	(734)	(585)	(1.507)	(1.395)
	43.487	61.248	49.286	65.334

	Controladora			
	31/12/2025	Adições	Baixas	31/03/2026
Perdas de crédito esperadas	(585)	(166)	17	(734)

	Consolidado			
	31/12/2025	Adições	Baixas	31/03/2026
Perdas de crédito esperadas	(1.395)	(166)	54	(1.507)

7. Estoques

Os estoques da Companhia são constituídos por matérias-primas, insumos produtivos, produtos em processo de fabricação, produtos acabados destinados à comercialização, além de outras categorias, conforme detalhado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Matéria prima	36.252	37.515	36.252	37.515
Produtos em processo ⁽¹⁾	2.952	3.243	2.952	3.243
Produtos intermediários ⁽²⁾	12.310	12.069	12.310	12.069
Produtos acabados	39.316	27.616	39.316	27.616
Produtos em Poder de terceiros	10.222	11.739	10.222	11.739
Adiantamento à fornecedores	5.443	9.262	5.443	9.262
Mercadoria para revenda	9.240	9.207	29.082	26.963
Outros	1.472	1.662	1.472	1.662
Perda estimada de estoques obsoletos	(3.312)	(3.937)	(5.051)	(4.431)
	113.895	108.376	131.998	125.638

	Controladora			
	31/12/2025	Adições	Baixas	31/03/2026
Perda estimada de estoques obsoletos	(3.937)	(9)	634	(3.312)

	Consolidado			
	31/12/2025	Adições	Baixas	31/03/2026
Perda estimada de estoques obsoletos	(4.431)	(1.254)	634	(5.051)

⁽¹⁾ Produtos em processo: compreende o custo das ordens de produção que ainda não foram finalizadas.

⁽²⁾ Produto intermediário: partes e submontagens pré-fabricados e mantidas em estoque.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece provisão para perdas relativas a matérias-primas e peças de reposição que permanecem sem movimentação no estoque por um período superior a 360 dias e que não possuem perspectiva de utilização. Adicionalmente, são constituídas provisões para perdas de produtos acabados que não integram a atual oferta de vendas e que sofreram modificações que inviabilizam sua comercialização futura.

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

8. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar referem-se a créditos fiscais oriundos de tributos previamente recolhidos ou pagos pela Companhia, os quais poderão ser utilizados para compensação com obrigações tributárias futuras, em conformidade com a legislação aplicável.

A composição dos saldos registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ICMS a recuperar	590	531	590	531
IPI a recuperar	797	1.330	797	1.330
IVA e VAT a recuperar	-	-	3.414	3.274
Outros impostos	2.035	1.595	2.035	1.595
Ativo Circulante	3.422	3.456	6.836	6.730
PIS e COFINS a recuperar ⁽¹⁾	4.587	4.587	4.587	4.587
Atualização PIS e COFINS a recuperar ⁽¹⁾	3.435	3.275	3.435	3.275
Ativo Não Circulante	8.022	7.862	8.022	7.862

⁽¹⁾ Créditos de PIS e COFINS: A Companhia possui um processo em curso relativo à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1 Ativo fiscal e passivo fiscal diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, à alíquota fiscal combinada de 34%.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Diferenças temporárias (a) - ativas	(7.673)	(12.807)	(7.673)	(12.807)
Diferenças temporárias (b) - passivas	14.627	7.303	14.627	7.303
Custo atribuído reavaliação imobilizado	(1.111)	1.108	(1.111)	1.108
	5.843	(4.396)	5.843	(4.396)
Alíquota fiscal combinada Controladora	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos - controladora	(1.987)	(1.495)	(1.987)	(1.495)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - Prática Chile Spa	-	-	(1.940)	(2.100)
Alíquota fiscal combinada - Prática Chile Spa	0%	0%	10%	10%
Imposto de renda - controlada	-	-	(194)	(210)
	(1.987)	(1.495)	(2.181)	(1.705)

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos resultantes de prejuízos fiscais, fundamentada em estudo técnico de viabilidade e das diferenças temporárias, está definida da seguinte forma:

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
2025	-	1.705
2026	2.181	-
	2.181	1.705

Notas Explicativas

9.2 Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social:	635	787	635	786
Alíquota normal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	(216)	(268)	(216)	(267)
Compensação do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL	-	-	-	-
(Adições) exclusões temporárias/permanentes:				
Provisões	1.177	536	1.177	536
Investimentos e Controladas	20	(857)	20	(856)
Incentivos e Benefícios Fiscais	257	264	257	264
Reconhecimento de receita	(1.796)	(1.313)	(1.796)	(1.313)
Operações e Ajustes Financeiros	15	149	15	149
Despesas e Depreciações	1	(34)	1	(34)
Outras adições	(31)	(200)	(31)	(200)
Outras exclusões	573	71	573	71
Recuperação de crédito de saldo negativo – IRPJ e CSLL	200	-	200	-
Imposto de renda e contribuição social – correntes	200	(1.652)	200	(1.650)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
(Adições) exclusões temporárias:				
Provisões	(1.178)	(471)	(1.178)	(471)
Reconhecimento de receita	1.796	-	1.796	-
Incentivos e Benefícios Fiscais	-	1.313	-	1.313
Tributação e Regulação Internacional	-	-	-	-
Operações e Ajustes Financeiros	(130)	(150)	(130)	(150)
Despesas e Depreciações	2	39	2	39
Recuperação de crédito de saldo negativo – IRPJ e CSLL	-	3.685	-	3.685
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	490	4.416	490	4.416
Total	690	2.652	690	2.766
Imposto de renda e contribuição social – correntes	200	(1.652)	200	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	490	4.416	490	4.416
Total	690	2.764	690	2.766

Notas Explicativas

10. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

Resumo das informações financeiras das controladas e da coligada:

	Prática EUA		Prática Europe		Prática Chile		Embatech	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido	1.441	(1.893)	(659)	(624)	(856)	(7)	132	4
Subvenção de investimentos	-	-	-	-	-	-	92	20
Resultado do período	1.441	(1.893)	(659)	(624)	(856)	(7)	224	24
Capital Social	16.123	17.131	1.818	1.916	2.756	2.859	800	800
Total de ativos	20.222	14.978	10.528	12.436	7.411	7.026	10.889	11.656
Total de passivos	33.108	30.070	10.659	11.883	8.501	7.328	982	2.089
Patrimônio líquido na investida	(12.886)	(15.092)	(131)	553	(1.090)	(302)	9.907	9.567
Provisão de lucro a realizar	(390)	(1.323)	(1.673)	(2.103)	(1.061)	(1.158)	0	0
Patrimônio líquido do investimento	(13.276)	(16.415)	(1.804)	(1.550)	(2.151)	(1.460)	9.907	9.567
Quantidade de ações	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	800.000	800.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	30%	30%

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Prática EUA	Prática Chile	Prática Europe	Embatech	Outros	Total
	100%	100%	100%	30%	N/A	
Saldo em 31/12/2025	(16.415)	(1.460)	(1.550)	2.870	254	(16.301)
Equivalência patrimonial	1.441	(856)	(659)	132	-	58
Dividendos	0	0	0	(122)	-	(122)
Lucros a realizar	933	97	430	0	-	1.460
Ajuste acumulado de conversão	765	68	(25)	0	-	808
Aporte de investimento	0	0	0	0	-	0
Subvenção de investimento	0	0	0	92	-	92
Saldo em 31/03/2026	(13.276)	(2.151)	(1.804)	2.972	254	(14.005)

Os resultados da subsidiária Prática Produtos Inc. ficaram aquém das projeções devido aos investimentos destinados à estruturação do mercado e ao reconhecimento de perda de ativo fiscal. Ainda que os resultados atuais não atendam plenamente às expectativas, a Companhia mantém a convicção de que os esforços empreendidos contribuirão para melhorias nos períodos subsequentes, possibilitando a reversão da provisão para perda de investimento.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

11.1 Movimentação do ativo imobilizado para o período findo em 31 de março de 2026

A tabela a seguir detalha as movimentações do ativo imobilizado para o período encerrado em 31 de março de 2026 e período findo em 31 de dezembro de 2025:

Custo	Controladora				
	Taxa	31/12/2025	(+) Adições	(-) Baixas	31/03/2026
Imóveis e Infraestrutura		26.077	908	-	26.985
Móveis, Utensílios e Ferramentas		3.435	25	-	3.460
Equipamentos e Tecnologia		6.699	401	(11)	7.089
Máquinas e equipamentos		43.282	743	(49)	43.976
Veículos		185	-	-	185
Arrendamento mercantil		3.225	1.611	-	4.836
		82.903	3.688	(60)	86.531
Depreciação	Controladora				
	Taxa	31/12/2025	(+) Adições	(-) Baixas	31/03/2026
Imóveis e Infraestrutura	2-4%	(6.995)	(163)	-	(7.158)
Móveis, Utensílios e Ferramentas	5-10%	(2.288)	(45)	-	(2.333)
Equipamentos e Tecnologia	10-20%	(3.983)	(194)	10	(4.167)
Máquinas e equipamentos	10-15%	(23.522)	(952)	10	(24.464)
Veículos	20%	(6)	(9)	-	(15)
Arrendamento mercantil		(812)	(226)	-	(1.038)
		(37.606)	(1.589)	20	(39.175)
Total		45.297	2.099	(40)	47.356

Custo	Consolidado				
	Taxa	31/12/2025	(+) Adições	(-) Baixas	31/03/2026
Imóveis e Infraestrutura		26.592	908	0	27.500
Móveis, Utensílios e Ferramentas		3.435	25	0	3.460
Equipamentos e Tecnologia		6.734	401	(13)	7.122
Máquinas e equipamentos		43.281	743	(49)	43.975
Veículos		185	0	0	185
Arrendamento mercantil		3.458	1.611	(7)	5.062
		83.685	3.688	(69)	87.304
Depreciação	Consolidado				
	Taxa	31/12/2025	(+) Adições	(-) Baixas	31/03/2026
Imóveis e Infraestrutura	2-4%	(7.038)	(221)	0	(7.259)
Móveis, Utensílios e Ferramentas	5-10%	(2.288)	(45)	0	(2.333)
Equipamentos e Tecnologia	10-20%	(3.984)	(195)	10	(4.169)
Máquinas e equipamentos	10-15%	(23.522)	(952)	10	(24.464)
Veículos	20%	(6)	(9)	0	(15)
Arrendamento mercantil		(899)	(228)	0	(1.127)
		(37.737)	(1.650)	20	(39.367)
Total		45.949	2.038	(49)	47.938

Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No período findo em 31 de março de 2026 não foram identificados indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

11.2 Direito de uso

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a R\$ 20 mil não foram enquadrados no IFRS 16.

Os valores registrados no passivo são calculados com base no valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados a taxa de 11% ao ano. Os valores do ativo de direito de uso são registrados de forma prospectiva.

Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a aquisição dos ativos arrendados ao fim do prazo contratual. Diante disso, a vida útil dos ativos na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual. A amortização desses ativos ocorre de forma linear de acordo com o prazo de cada contrato de arrendamento.

12. Intangível

12.1 Movimentação do ativo intangível para o período findo em 31 de março de 2026

Custo	Controladora			31/03/2026
	31/12/2025	(+) Adições	(-) Baixas	
Softwares	3.393	-	-	3.385
Marcas e patentes	373	-	-	373
Desenvolvimento de produtos	16	-	-	16
Concessionárias	185	-	-	185
Ágio	10.251	-	-	10.251
	14.210	-	-	14.210
Depreciação				
Amortização				
Amortização software	(3.240)	(58)	-	(3.298)
Concessionária	(162)	-	-	(162)
Amortização desenvolvimento de produtos	-	-	-	-
Amortização imóveis de terceiros	-	-	-	-
	(3.402)	(58)	-	(3.460)
Total	10.808	(58)	-	10.750

Notas Explicativas

Custo	Consolidado			31/03/2026
	31/12/2025	(+) Adições	(-) Baixas	
Softwares	3.393	45	-	3.438
Marcas e patentes	373	-	-	373
Desenvolvimento de produtos	16	-	-	16
Concessionárias	184	-	-	184
Ágio	10.251	-	-	10.251
	14.217	45	-	14.262
Depreciação				
Amortização				
Amortização software	(3.240)	(58)	-	(3.298)
Concessionária	(163)	-	-	(163)
	(3.403)	(58)	-	(3.461)
Total	10.814	(13)	-	10.801

No período findo em 31 de março de 2026, não foram identificados indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A média das vidas úteis estimadas em anos para o período anterior e corrente comparativo são as seguintes:

Software	3
Marcas e Patentes	Não aplicado
Desenvolvimento de Produtos	3
Concessionárias	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(1) Ágio Prática Produtos e Embtech.

O ágio registrado refere-se às aquisições da Klimaquip S.A. (hoje Prática Produtos S.A.) pela Prática Participações S.A. e da coligada Embtech S.A.

O ágio foi alocado a um grupo de UGC (Prática Produtos - Controladora), cujo montante em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.251 mil.

A Companhia realiza anualmente a revisão de impairment, conforme requerido pelo pronunciamento o CPC 01. Para o período findo em 31 de março de 2026, a Companhia não identificou impactos de perda no valor recuperável do ágio registrado.

13. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Indexador		Controladora e Consolidado	
				31/03/2026	31/12/2025
Capital de giro	Reais	Pré fixada	(a)	98.085	106.684
Capital de giro (moeda estrangeira)	USD	Pré fixada	(b)	13.158	19.227
Financiamento de ativo imobilizado (b)	Reais	Pré fixada	(c)	3.592	3.881
				114.835	129.792
Passivo circulante				42.030	48.838
Passivo não circulante				72.805	80.954
				114.835	129.792

Notas Explicativas

Segue movimentações dos empréstimos:

	31/12/2025	Captação	Amortização principal	Amortização juros	Juros/variação cambial	31/03/2026
Capital de giro (a)	106.684	-	(8.052)	(3.317)	2.770	98.085
Capital de giro (moeda estrangeira) (b)	19.227	-	(5.004)	-	(1.065)	13.158
Financiamento de ativo imobilizado (c)	3.881	-	(289)	(62)	62	3.592
	129.792	-	(13.345)	(3.379)	1.767	114.835

(a) Para as operações de capital de giro as taxas pactuadas são: (i) fixas entre 5,92% a 7,75% e (ii) indexadas entre CDI + 1,99% a.a. e CDI + 4,65% a.a.;

(b) Operações de adiantamento para contrato de câmbio ACC com taxa pactuada de 3,69% a.a.;

(c) Para os financiamentos de ativo imobilizado, a taxa pactuada entre 5,92% e 7,75% a.a.

13.1. Cláusulas restritivas e obrigações contratuais

A Companhia possui financiamento contratado junto ao Banco Bradesco S.A., no âmbito do Programa BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial Automático, no montante original de R\$ 40.000, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. O contrato possui cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, incluindo o atendimento ao índice de Dívida Líquida / EBITDA LTM igual ou inferior a 3,0x, além de obrigações relacionadas ao compromisso de exportação, manutenção ou ampliação do número de empregados, aplicação dos recursos na finalidade contratual e manutenção das garantias vinculadas à operação.

As garantias da operação, conforme aditamento contratual, são compostas por alienação fiduciária de imóvel, cessão fiduciária de CDB e cessão fiduciária de duplicatas, devendo ser mantidas ou reforçadas/substituídas, quando aplicável, nos termos contratuais.

Em 31 de março de 2026, a Companhia encontrava-se adimplente em relação ao covenant financeiro aplicável e às demais obrigações contratuais vinculadas à operação, permanecendo em acompanhamento pela Administração os compromissos de exportação, manutenção/ampliação de empregos e formalização/manutenção das garantias, conforme prazos e condições previstos contratualmente.

As parcelas de empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
Ano	31/03/2026	31/12/2025
2025	-	48.838
2026	42.733	31.006
2027	29.233	24.678
2028	22.172	15.647
Após 2029	20.697	9.623
	114.835	129.792

Notas Explicativas

14. Arrendamento

14.1. Passivo de arrendamento - Composição e movimentação

Para avaliar os impactos financeiros da Companhia de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2) Arrendamentos, a Administração analisa periodicamente todos os novos contratos de arrendamentos imobiliários, de equipamentos e eventuais ativos arrendados incorporados a um contrato de prestação de serviço que a Companhia possui, a fim de identificar todos os aspectos contratuais que devem ser considerados para aplicar e mensurar os ativos de direito de uso, os passivos de arrendamento e as isenções de reconhecimento.

De acordo com o item 5 do CPC 06 (R2), a Companhia pode optar pela isenção de aplicação da norma para os arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A norma menciona que essa análise deve ser realizada para os itens individuais, quando novos, porém, a Companhia optou por aplicar essa análise nos contratos em sua totalidade, e não de forma individual, devido à relevância do valor total dos contratos de arrendamento.

A identificação do prazo de arrendamento é realizada com base na análise individual de cada contrato e aditivo, levando em consideração a data de assinatura do contrato e data de entrada e ativação dos bens, identificando o momento em que a Companhia passa a controlar o ativo, bem como o prazo das cláusulas de renovação, para estipular o prazo final do arrendamento.

A Companhia entende que o conceito de utilizar o prazo contratual é a melhor estimativa para a determinação do tempo de uso do arrendamento.

Para mensuração do valor dos pagamentos, a Companhia determinou os valores como fixos pelo arrendador, ou seja, valor mínimo em contrato.

Para fins de adoção do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a taxa nominal, a qual leva em consideração o risco de crédito do país, o prazo do contrato dos arrendamentos, a natureza e qualidade das garantias oferecidas, entre outros. A taxa de desconto aplicada ao cálculo foi mensurada pela administração da Companhia e levou em consideração fatores específicos da região, considerando as empresas consolidadas nestas informações contábeis intermediárias.

Em 31 de março de 2026, os contratos de arrendamento vigentes na Companhia não sofreram alterações nos seus fluxos de pagamento e, portanto, não identificamos a necessidade de ajustes nos saldos registrados no balanço patrimonial.

A movimentação de saldo do passivo de arrendamento é apresentada nos quadros abaixo:

- Passivo

	Moeda	Indexador	Taxas de Juros a.a. (%)	Controladora e Consolidado	
				31/03/2026	31/12/2025
Arrendamento	Reais	Pré fixada	11%	3.066	1.734
				3.066	1.734
Passivo circulante				1.362	758
Passivo não circulante				1.704	976
				3.066	1.734

Notas Explicativas

Segue movimentações do arrendamento mercantil:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2025	Amortização Captação			31/03/2026
			Principal	Juros	
Arrendamento mercantil	1.734	1.597	(335)	65	3.066
	1.734	1.597	(335)	65	3.066

As parcelas do arrendamento mercantil registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 apresentam os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
2026	1.362	758
2027	1.704	976
	3.066	1.734

15. Fornecedores

A conta de fornecedores reflete as obrigações da Companhia junto a terceiros por aquisições de matérias-primas, mercadorias, serviços e outros insumos necessários à operação. Tais passivos representam compromissos assumidos no curso normal das atividades e são registrados pelo valor nominal das faturas, de acordo com as condições pactuadas com os fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	19.957	27.354	19.957	27.354
Fornecedores internacionais	714	805	850	2.017
	20.671	28.159	20.807	29.371

Os saldos a pagar a fornecedores são classificados de acordo com os prazos estabelecidos nos contratos de compra, abrangendo tanto obrigações de curto prazo quanto de longo prazo. Os valores a pagar a fornecedores, por faixa de vencimentos, são apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	19.907	27.891	20.043	29.103
Vencidos de 01 a 30 dias	601	226	601	226
Vencidos de 31 a 60 dias	39	4	39	4
Vencidos a mais de 60 dias	124	38	124	38
	20.671	28.159	20.807	29.371

16. Operação de risco sacado

A Companhia mantém contrato de risco sacado com instituições financeiras, cujo objetivo é possibilitar que seus fornecedores nacionais antecipem o recebimento das faturas emitidas contra a Companhia. Neste tipo de operação, não há coobrigação para a Companhia, limitando-se apenas ao cumprimento dos termos originalmente acordados nos títulos de pagamento.

Notas Explicativas

Na operação de risco sacado, os fornecedores cedem o direito de recebimento das faturas para as instituições financeiras, assumindo também a responsabilidade pelo pagamento dos encargos financeiros decorrentes da antecipação, sem que isso gere custos adicionais para a Companhia.

Esse mecanismo permite à Companhia estender o prazo de pagamento das faturas, melhorando sua gestão de fluxo de caixa, enquanto oferece aos fornecedores a opção de antecipar seus recebimentos a taxas de juros mais competitivas. Os saldos dessa operação em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Risco sacado Itaú	1.593	7.168
Risco sacado Santander	707	100
	2.300	7.268

17. Receitas a realizar

A conta de receitas a realizar compreende os valores de faturamento já reconhecidos pela Companhia, porém ainda não acompanhados da efetiva transferência da mercadoria ao cliente. Esses montantes são registrados como receitas antecipadas até que todas as condições para o reconhecimento da receita sejam integralmente atendidas, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes.

	31/03/2026	31/12/2025
Receita realizada de 01 a 30 dias	242	658
Receita realizada de 31 a 60 dias	299	83
Receita realizada de 61 a 90 dias	94	1.019
Receita realizada de 91 a 180 dias	1.159	135
Receita realizada de 181 a 360 dias	-	-
Receita realizada acima de 360 dias	197	199
	1.991	2.094

18. Adiantamento de clientes

A conta de adiantamento de clientes é registrada como obrigação da Companhia e representa valores recebidos antecipadamente de clientes no momento da formalização das ordens de compra. Esses adiantamentos refletem pagamentos realizados pelos clientes antes da entrega das mercadorias, sendo tratados como passivos até que a operação de venda seja efetivamente concluída.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos registrados nesta conta são:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento clientes nacionais	8.123	4.832	8.123	4.832
Adiantamento clientes internacionais	4.295	4.295	4.363	4.309
	12.418	9.127	12.486	9.141

Os adiantamentos serão realizados de acordo com as programações de entregas acordados entre a Companhia e seus clientes.

Notas Explicativas

19. Partes relacionadas

19.1. Remuneração da diretoria

Remuneração de pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 1.992 em 31 de março de 2026 (R\$ 2.203 em 31 de março de 2025).

O Conselho de Administração da Companhia é formado por 6 membros, sendo 4 independentes, e a diretoria estatutária formada por 7 membros.

19.2. Transações em contas patrimoniais com partes relacionadas

19.2.1. Saldos com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas (subsidiárias e controladas) no curso normal de suas operações. Essas transações envolvem principalmente operações comerciais e compra/venda de produtos.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos com partes relacionadas registrados nas contas patrimoniais são compostos por:

	31/03/2026					31/12/2025				
	Prática USA	Prática Chile	Prática Europe	Embtech	Total	Prática USA	Prática Chile	Prática Europe	Embtech	Total
Ativo circulante										
Clientes	-	7.994	10.040	-	18.034	-	6.844	11.645	-	18.489
Ativo não circulante										
Clientes	30.216	-	-	-	30.216	28.574	-	-	-	28.574
	30.216	7.994	10.040	-	48.250	28.574	6.844	11.645	-	47.063
Passivo										
Fornecedores	-	-	-	1.247	1.247	-	-	-	1.185	1.185
	-	-	-	1.247	1.247	-	-	-	1.185	1.185

Os valores da Prática USA, Prática Chile e Prática Europe foram eliminados na consolidação. O saldo de partes relacionadas no consolidado é composto apenas do saldo a pagar a Embtech.

Movimentações dos saldos das contas com partes relacionadas:

	Controladas
Ativo	
Saldo em 31/12/2025	47.063
Aumento contas a receber	5.824
Recebimento contas a receber	(2.038)
Variação cambial	(2.599)
Saldo em 31/03/2026	48.250

	Coligadas
Passivo	
Saldo em 31/12/2025	1.397
Aumento contas a pagar	1.054
Pagamentos	(992)
Saldo em 31/03/2026	1.247

Notas Explicativas

19.2.2. Transações no resultado dos períodos com partes relacionadas

A Companhia mantém relação de compra e venda com suas subsidiárias e operação de compra de componentes eletrônicos com sua coligada Embtech Tecnologia Embarcada S.A. As transações ocorridas nos períodos estão demonstradas a seguir.

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Prática USA		
Vendas	4.334	1.004
Custo	(4.200)	(1.004)
Prática Chile		
Vendas	1.490	1.890
Custo	(1.149)	(1.890)

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Prática Europe		
Vendas	-	2.738
Custo	-	(2.738)
Embtech		
Compras	1.054	1.632

20. Provisões diversas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, é provável que um desembolso de recursos seja necessário para liquidar essa obrigação e pode-se fazer uma estimativa confiável do valor do passivo. As provisões são revisadas periodicamente para refletir as melhores estimativas, considerando novas informações e mudanças nas circunstâncias.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a composição das provisões era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para comissões	1.811	3.374	2.285	3.374
Provisões para garantias	1.337	1.425	1.337	1.425
Provisões para rebate	336	285	336	285
Provisões para bônus	37	1.205	37	1.205
Provisões para despesas com instalação	139	66	139	66
Provisões para despesas com exportação	267	393	267	393
Provisões para pessoa jurídica	62	608	62	631
Provisões diversas	67	117	92	117
	4.056	7.473	4.081	7.496

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para Remuneração de Longo Prazo	1.808	1.744	1.808	1.744
Provisão Despesas Futuras	488	474	488	474
	2.296	2.218	2.296	2.218

(a) Provisão para comissões refere-se ao reconhecimento de despesas de comissões sobre vendas dentro do período.

Notas Explicativas

- (b) Provisão para garantias refere-se a gastos estimados com reparos de falhas futuras nos equipamentos que ainda estão no período de garantia. O cálculo leva em consideração os gastos históricos com garantia e o período de cobertura em garantia dos equipamentos que estão em campo.
- (c) Provisão para pagamentos de premiação para força de trabalho.
- (d) Refere-se a provisão de despesas advocatícias relacionadas ao processo de exclusão do PIS/COFINS da base de cálculo do ICMS, registrado como ativo não circulante na nota explicativa 8.

21. Provisão para riscos processuais

A Companhia está envolvida, como parte passiva, em ações judiciais e processos administrativos em diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações. Esses litígios abrangem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras demandas. Com base nas avaliações dos assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, a Administração reconheceu uma provisão para contingências no montante de R\$ 626 mil em 31 de março de 2026 (R\$ 683 mil em 31 de dezembro de 2025), destinada a cobrir riscos associados a processos cíveis, tributários e trabalhistas.

Abaixo, é apresentada a composição da rubrica “Provisão para riscos processuais”:

	31/03/2026	31/12/2025
Processos judiciais tributários	346	346
Processos judiciais cíveis	280	337
	626	683

Movimentação dos processos em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	Adições	Baixas	31/03/2026
Processos judiciais tributários	346	-	-	346
Processos judiciais cíveis	337	-	(57)	280
	683	-	(57)	626

A Companhia adota uma política prudente na constituição de provisões, com o objetivo de assegurar que os passivos potenciais sejam adequadamente registrados e divulgados nas demonstrações contábeis anuais e nas informações contábeis intermediárias, em conformidade com os princípios contábeis e a legislação vigente.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 11.185 mil em 31 de março de 2026 (R\$ 10.924 mil em 31 de dezembro de 2025), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a opinião de seus assessores jurídicos é de que a probabilidade de perda é “possível” ou “remota”.

22. Debêntures

Em 07 de maio de 2024 a Companhia realizou a 1ª Emissão de debêntures privadas, nominativas, conversíveis em ações, com garantia fiduciária, em série única, celebrado entre a Companhia e Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.

	31/03/2026	31/12/2025
1ª Emissão de debêntures	20.000	20.000
2ª Emissão de debêntures	5.000	5.000
	25.000	25.000

Notas Explicativas

Série: série única

Quantidade de debêntures: 2.500 unidades

Destinação dos recursos: Financiamento das atividades operacionais e para expansão. Incluindo investimento em CAPEX, capital de giro e pesquisa e desenvolvimento.

Conversibilidade: as debêntures foram emitidas sob forma nominativa, sem emissão de cautelas e certificados.

Espécie: garantia fidejussória

Prazo de vencimento: 07 de maio de 2028, podendo ser prorrogada por 12 meses.

Remuneração: A partir da Data de Emissão e até a data de uma conversão ou o efetivo pagamento e quitação das Debêntures, o que ocorrer primeiro, as Debêntures farão jus a uma remuneração participativa percentual sobre os dividendos distribuídos.

22.1 Cláusulas de vencimento antecipado (*covenants* financeiros)

No referido instrumento de emissão de debêntures privadas, existem cláusulas de desempenho, comumente chamados de “*covenants*”, que possuem majoritariamente indicadores não financeiros, bem como outros relacionados ao desempenho financeiro da Companhia.

As penalidades ao não cumprimento dessas cláusulas resulta no vencimento da dívida de forma antecipada, devendo em tal caso ser reclassificada para o passivo circulante.

Em 31 de março de 2026 todas as cláusulas de desempenho foram atendidas.

22.2 Evento de liquidez

A Companhia e seus acionistas envidarão os melhores esforços para viabilizar e realizar um Evento de Liquidez até o final do ano de 2027, incluindo um plano estruturado de preparação e exposição da Companhia ao mercado de capitais. Em caso de ocorrência de um Evento de Liquidez, o Investidor terá a opção de converter as debêntures em ações.

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 29.068, sendo 3.355.031 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e de propriedade do acionista controlador Brava Participações Ltda.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social da Companhia.

O saldo registrado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.814.

c. Reserva de lucros retidos

A reserva de lucros retidos é constituída pelos lucros obtidos pela Companhia, retidos com a finalidade específica para investimento com base em orçamento de capital, depois de computadas todas as destinações previstas no Estatuto, referente a reserva legal, dividendos e reserva de resgate.

Notas Explicativas

O saldo registrado em 31 de março de 2026 é de R\$ 8.283 (R\$ 8.283 em 31 de dezembro de 2025).

d. Reserva de resgate para debêntures

A reserva de lucros para resgate é constituída à razão de 30% do lucro líquido apurado a cada exercício social conforme Instrumento particular de escrituração de debêntures até o limite de R\$ 40.000 mil.

O saldo registrado em 31 de março de 2026 é de R\$ 15.400 (R\$ 15.400 em 31 de dezembro de 2025).

e. Dividendos a pagar

Sobre o saldo do lucro apurado no período, após a constituição da reserva legal, é constituída a provisão do dividendo mínimo obrigatório de 25%. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do período e registrados como obrigação no passivo.

	31/12/2025	Pagamento	Reconhecimento	31/03/2026
Dividendos a pagar				
Circulante	8.000	(8.000)	-	-
Não circulante	16.000	-	-	16.000
	24.000	(8.000)	-	16.000

f. Outros resultados abrangentes

São registrados nesta conta os ajustes de avaliação patrimonial realizados em 2010 decorrentes de custos atribuídos a terrenos e edificações e as variações cambiais resultantes da conversão dos investimentos nas subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

Na data de 31 de março de 2026 a conta registrava o montante de R\$ (758) e R\$ (1.559) em 31 de dezembro de 2025.

g. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia foi beneficiada pela redução da base de cálculo do ICMS em suas operações de venda, conforme disposto no Protocolo 52/91, resultando na aplicação de alíquotas efetivas reduzidas, conforme detalhado a seguir:

- (i) Redução da alíquota para vendas intraestaduais de 18% para 8,8%;
- (ii) Redução da alíquota para vendas interestaduais destinadas a São Paulo, Rio de Janeiro e estados da região Sul de 12% para 8,8%;
- (iii) Redução da alíquota para vendas interestaduais destinadas aos estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo de 7% para 5,14%.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 160/2017, esses incentivos passaram a ser classificados como "subvenção para investimento". De acordo com diversos entendimentos administrativos e judiciais, tais subvenções não integram a base de cálculo do lucro real para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

Em conformidade com a aplicação desse benefício, a Companhia implementou os procedimentos necessários, incluindo a retificação das declarações acessórias e os ajustes contábeis relacionados à constituição da reserva de incentivos fiscais, cujos valores são apresentados abaixo:

Notas Explicativas

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Reserva de incentivos fiscais - subvenções de investimentos	37.753	37.753
Reserva de subvenção de investimentos - coligada	2.522	2.430
Reserva de subvenção de investimentos - crédito PTA	2.034	1.804
Total da subvenção governamental	42.309	41.987

24. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida representa o resultado das vendas de produtos da Companhia após a dedução de impostos incidentes sobre vendas, devoluções e abatimentos concedidos aos clientes. Abaixo é apresentada a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida de produtos vendidos para os períodos encerrados em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional - Mercado nacional	66.209	72.452	66.209	72.452
Receita operacional - Mercado internacional	17.522	14.744	24.718	16.272
Impostos sobre as vendas	(11613)	(13.240)	(11.613)	(13.240)
Descontos e devoluções	(3.258)	(2.508)	(3.258)	(2.508)
	68.860	71.448	76.056	72.976

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- **Impostos estaduais** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) – 18% para operações internas e 7% ou 12% para interestadual, com base de cálculo reduzida para operações internas em 51,11% e 26,66% ou 26,57% para operações interestaduais de acordo com protocolo 52/91;
- **Impostos federais** – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – alíquota 0% para os produtos acabados e 3,75 a 10% para materiais de revenda;
- **Contribuições federais** – Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%; e
- **Contribuições federais** – Contribuição para o financiamento da seguridade social – 7,6%.

25. Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) representa os custos incorridos pela Companhia na produção e aquisição de produtos que foram vendidos durante o período. Esses custos incluem matérias-primas, mão de obra direta, custos indiretos de fabricação, além de outros gastos diretamente atribuíveis ao processo de produção.

A composição do CPV para os períodos encerrados em 31 de março de 2026 e 2025 são detalhadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Matéria-prima	(17.844)	(18.596)	(18.807)	(17.052)
Custos indiretos de fabricação	(806)	(641)	(806)	(641)
Custo dos produtos revendidos	(9.388)	(7.893)	(9.388)	(7.893)
Salários e encargos com pessoal	(8.657)	(8.298)	(8.657)	(8.298)
Depreciação produtiva	(1.185)	(1.217)	(1.185)	(1.217)
Material de consumo produção	(906)	(888)	(906)	(888)
Ajuste de inventário	459	(675)	459	(675)
Gastos gerais de fabricação	(833)	(640)	(833)	(640)
Provisões para perda de estoque	626	(564)	626	(564)
	(38.534)	(39.412)	(39.497)	(37.868)

Notas Explicativas

26. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas da Companhia referem-se aos gastos incorridos na gestão e administração das operações, não relacionados diretamente à produção ou venda de produtos. Essas despesas incluem gastos com pessoal administrativo, serviços terceirizados, aluguel, manutenção de escritórios e outras despesas operacionais necessárias para o funcionamento eficiente da empresa. Para os períodos encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, a composição das despesas administrativas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas com pessoal	(11.058)	(9.422)	(13.784)	(11.415)
Serviços de terceiros	(4.846)	(4.198)	(5.254)	(4.381)
Despesas com infraestrutura	(885)	(753)	(1.307)	(1.047)
Despesas operacionais	(1.827)	(1.741)	(2.402)	(1.866)
Pesquisa e investimentos	(450)	(302)	(450)	(302)
Impostos e encargos	(551)	(215)	(551)	(232)
Outras Despesas	(115)	(157)	(336)	(420)
	(19.732)	(16.788)	(24.084)	(19.663)

27. Despesas comerciais

As despesas comerciais representam os gastos incorridos pela Companhia para promover e vender seus produtos no mercado. Essas despesas incluem custos com comissões, propaganda, assistência técnica, peças de reposição em garantia, treinamento de clientes, fretes entre outros relacionados às atividades comerciais.

Abaixo está a composição detalhada das despesas comerciais para os períodos encerrados em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Comissões sobre vendas	(3.125)	(3.786)	(4.405)	(4.357)
Propaganda	(576)	(658)	(974)	(1.791)
Assistência técnica terceirizada	(931)	(960)	(1.432)	(1.173)
Custo de peças de reposição em garantia	(340)	(536)	(408)	(582)
Treinamento de clientes	(150)	(72)	(151)	(135)
Promoções e bonificações	(90)	(67)	(92)	(67)
Fretes	(1.086)	(1.552)	(1.088)	(1.553)
Outros	(307)	(413)	(307)	(1.277)
	(6.605)	(8.044)	(8.857)	(10.935)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais representam itens que não estão diretamente relacionados às operações principais da Companhia. Essas receitas e despesas incluem eventos esporádicos, ganhos ou perdas com ativos, provisões diversas e outros elementos que impactam o resultado operacional.

Notas Explicativas

Abaixo está a composição detalhada para os períodos encerrados em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas e despesas	(157)	(361)	392	(354)
Lucro realizados das controladas	1.460	(572)	1.460	(572)
Recuperações e incentivos fiscais	633	241	633	241
Provisões	(310)	(682)	(310)	(682)
Baixas de ativos	(675)	(638)	(675)	(638)
	951	(2.012)	1.500	(2.005)

29. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia é composto por receitas financeiras e despesas financeiras, relacionadas às operações de captação, aplicação de recursos e variações cambiais. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas de acordo com o princípio da competência, refletindo o ganho ou o custo financeiro efetivo de cada operação ao longo do período.

Abaixo, apresentamos a composição detalhada do resultado financeiro dos períodos encerrados em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	1.951	1.793	1.951	1.793
Juros recebidos	370	814	374	833
Descontos obtidos	75	23	64	25
Variação cambial positiva	2.183	2.455	2.501	2.664
	4.579	5.085	4.890	5.315

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas financeiras				
Juros passivos	(4.011)	(2.490)	(3.989)	(2.495)
Despesas bancárias	(730)	(518)	(746)	(520)
Descontos concedidos	(3)	(29)	(3)	(43)
IOF	(21)	(4)	(21)	(4)
Variação cambial negativa	(3.664)	(3.439)	(4.227)	(3.470)
Outros	(186)	(96)	(186)	(96)
	(8.615)	(6.576)	(9.172)	(6.628)

30. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela diretoria executiva, os quais são segmentados sob a ótica de produto comercializado, e, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam fornos, equipamentos para conservação e congelamentos, máquinas para panificação e outros, subdivididos da seguinte forma:

Fornos

- **Gastronomia:** neste segmento temos como clientes principais restaurantes, redes de fast food, indústrias de alimentação. Atuamos neste mercado com a nossa marca Technicook que oferece fornos combinados e fornos speed ovens a nossos clientes. No período de 2026 as receitas com vendas na Linha Technicook representaram 32,8% do faturamento do Grupo, contra 37,4% em 2024;

Notas Explicativas

- **Panificação:** neste segmento temos como clientes principais padarias e centrais de pão congelado. Atuamos neste mercado com a marca Technipan que oferece uma gama de fornos para preparo de massas. No período de 2026 as receitas vindas da Linha Technipan representaram 13,6% do faturamento, contra 12,7% em 2025.

Equipamentos de refrigeração

- **Refrigeração:** para o segmento de refrigeração oferecemos ultracongeladores rápidos de diversas capacidades, câmaras de fermentação e câmaras de conservação. Todos os produtos levam a marca Klimaquip, no período de 2026 representaram 10,8% do faturamento, contra 8,5% em 2025.

Máquinas de Panificação

- **Máquinas de Panificação:** para o segmento de máquinas de panificação oferecemos modeladores, cilindros, batedeiras, amassadeiras, entre outros. Todos os produtos levam a marca Technipan, no período de 2026 representaram 12,9%, contra 9,9% em 2025.

Outros

- **Peças e Serviços:** no período de 2026 a venda de peças de reposição e venda de serviços representaram 9,9% do faturamento, contra 8,6% em 2025.
- **Revendidos:** para o segmento revendidos oferecemos, máquinas de lavar louças e micro-ondas. No período de 2026 as vendas representaram 3,0% do faturamento, contra 2,2% em 2025.
- **Exportação:** as vendas para exportação concentram-se em vendas para clientes da América Latina, Estados Unidos e Europa. No período findo em 31 de março de 2026 o faturamento de exportação representou 17,1% do faturamento da empresa, contra 24,3% no mesmo período em 2025.

A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, sendo que de acordo com a norma contábil, são divulgados com a abertura por receita líquida, depreciação e lucro líquido (prejuízo). Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais. As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela diretoria executiva em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

Resultado por segmento de produto

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida				
Fornos	42.684	40.799	49.880	42.327
Equipamentos de refrigeração	7.396	8.494	7.396	8.494
Máquinas de Panificação	9.068	11.483	9.068	11.483
Outros	9.712	10.672	9.712	10.672
	68.860	71.448	76.056	72.976

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Depreciação e amortização				
Fornos	(1.021)	(971)	(1.082)	(983)
Equipamentos de refrigeração	(177)	(202)	(177)	(202)
Máquinas de Panificação	(217)	(273)	(217)	(273)
Outros	(232)	(255)	(232)	(255)
	(1.647)	(1.701)	(1.708)	(1.713)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período				
Fornos	822	2.028	822	2.028
Equipamentos de refrigeração	142	422	142	422
Máquinas de panificação	174	571	174	571
Outros	187	530	187	530
	1.325	3.551	1.325	3.551

Receita por destino

	Fornos			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Nacional	22.144	27.515	22.114	27.515
Exportação	20.570	13.284	27.766	14.812
	42.684	40.799	49.880	42.327
	Equipamentos de refrigeração			
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Nacional	6.918	8.304	6.918	8.304
Exportação	478	190	478	190
	7.396	8.494	7.396	8.494
	Máquinas de Panificação			
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Nacional	9.068	11.236	9.068	11.236
Exportação	0	247	0	247
	9.068	11.483	9.068	11.483
	Outros			
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Nacional	9.435	9.649	9.435	9.649
Exportação	277	1.023	277	1.023
	9.712	10.672	9.712	10.672
	Total			
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Nacional	60.100	56.704	60.100	56.704
Exportação	21.325	14.744	28.521	16.272
	81.425	71.448	88.621	72.976

Ativos por segmento

	Ativo imobilizado			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornos	29.355	28.078	29.715	28.482
Equipamentos de refrigeração	5.086	4.865	5.149	4.935
Máquinas de Panificação	6.236	5.965	6.313	6.051
Outros	6.679	6.389	6.761	6.481
	47.356	45.297	47.938	45.949

31. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análises periódicas da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

a. Comparação do valor de mercado e dos respectivos valores justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	2.196	2.196	4.867	4.867
Aplicações financeiras	42.285	42.285	66.333	66.333
Aplicações caucionadas	4.305	4.305	4.484	4.484
Contas a receber de clientes	43.487	43.487	61.248	61.248
Fornecedores	20.671	20.671	28.159	28.159
Empréstimos e financiamentos	114.835	114.835	129.792	129.792
Operação de risco sacado	2.300	2.300	7.268	7.268

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	8.203	8.203	8.207	8.207
Aplicações financeiras	42.651	42.651	67.159	67.159
Aplicações caucionadas	4.305	4.305	4.484	4.484
Contas a receber de clientes	49.286	49.286	65.334	65.334
Fornecedores	20.807	20.807	29.371	29.371
Empréstimos e financiamentos	114.835	114.835	129.792	129.792
Operação de risco sacado	2.300	2.300	7.268	7.268

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos descritos nos próximos tópicos.

b. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito e estabelecimento de limites de venda. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

c. Risco de preço dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Notas Explicativas

e. Risco de taxas de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

Segue análise de sensibilidade de taxa de câmbio, considerando cenário de deterioração de 25% e 50% do Real:

	USD/BRL	EURO/BRL	CLP/BRL
Taxas em 31/03/2026	6,0100	5,2188	0,0056
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real	7,5125	6,5235	0,0070
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real	9,0150	7,8282	0,0084
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real	4,5075	3,9141	0,0042
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real	3,0050	2,6094	0,0028

Clientes Estrangeiros

	Saldo em Moeda Estrangeira	Efeito Resultado em R\$			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Dólar americano	\$ 1.608	2.098	4.197	(2.098)	(4.197)
Peso chileno	CLP 252.353	355	711	(355)	(711)
Euro	€ 108	162	325	(162)	(325)
Posição líquida		2.615	5.233	(2.615)	(5.233)

Fornecedores estrangeiros

	Saldo em Moeda Estrangeira	Efeito Resultado em R\$			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Dólar americano	\$213	(278)	(557)	278	557
Peso chileno	CLP 38.359	(54)	(108)	54	108
Euro	€ 89	(134)	(268)	134	268
Posição líquida		(466)	(933)	466	933

Empréstimos em moeda estrangeira

	Saldo em Moeda Estrangeira	Efeito Resultado em R\$			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
USD	\$258	(337)	(674)	337	674
EURO	€ 1.946	(2.924)	(5.847)	2.924	5.847
Posição líquida		(3.261)	(6.521)	3.261	6.521

f. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Notas Explicativas

Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Para os instrumentos financeiros de “Ativos e Passivos financeiros” que são registrados pelo método de custo amortizado e que abrangem principalmente “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes”, “Outros créditos”, “Empréstimos e financiamentos”, “Fornecedores”, e “Outras contas a pagar”, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e, conforme item 29 do Pronunciamento Técnico CPC 40 – Instrumentos financeiros, para estes casos, a divulgação de valor justo não é exigida.

g. Risco de liquidez e gestão de capital

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Endividamento	(114.835)	(129.792)	(114.835)	(129.792)
Caixa e equivalentes de caixa	44.481	71.200	50.854	75.366
Aplicações caucionadas	4.305	4.484	4.305	4.484
	(66.049)	(54.108)	(59.676)	(49.942)

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. **Classificação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	4	42.285	66.333	42.651	67.159
Aplicações caucionadas	5	4.305	4.484	4.305	4.484
Caixa e bancos	4	2.196	4.867	8.203	8.207
Contas a receber de clientes	6	43.487	61.248	49.286	65.334
Outros créditos		1.858	2.226	1.888	2.122
Total		94.131	139.158	106.333	147.306

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	13	114.835	129.792	114.835	129.792
Fornecedores	15	22.971	28.159	23.107	29.371
Operação de risco sacado	16	2.300	7.268	2.300	7.268
Total		140.106	165.219	140.242	166.431

Notas Explicativas

Gestão de capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	44.481	71.200	50.854	75.366
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	42.030	48.838	42.030	48.838
Indicador de Liquidez modificado	1,06	1,46	1,21	1,54

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre EBITDA (LTM) em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

Controladora						
31 de março de 2026	Menos de 1 ano	2027	2028	2029	Após 2030	Total
Fornecedores	20.671	-	-	-	-	20.671
Empréstimos e financiamentos	42.733	29.233	22.172	13.497	7.200	114.835
Operação de risco sacado	2.300	-	-	-	-	2.300
Total	65.704	29.233	22.172	13.497	7.200	137.806
31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	2026	2027	2028	Após 2029	Total
Fornecedores	28.159	-	-	-	-	28.159
Empréstimos e financiamentos	48.838	31.006	24.678	15.647	9.623	129.792
Operação de risco sacado	7.268	-	-	-	-	7.268
Total	84.265	31.006	24.678	15.647	9.623	165.219

Notas Explicativas

Consolidado						
31 de março de 2026	Menos de 1 ano	2027	2028	2029	Após 2030	Total
Fornecedores	20.807	-	-	-	-	20.807
Empréstimos e financiamentos	-	42.733	29.233	22.172	20.697	114.835
Operação de risco sacado	2.300	-	-	-	-	2.300
Total	23.107	42.733	29.233	22.172	20.697	137.942

31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	2026	2027	2028	Após 2029	Total
Fornecedores	29.371	-	-	-	-	29.371
Empréstimos e financiamentos	48.838	31.006	24.678	15.647	9.623	129.792
Operação de risco sacado	7.268	-	-	-	-	7.268
Total	85.477	31.006	24.678	15.647	9.623	166.431

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Circulantes			
Aplicações Financeiras	-	42.285	-
Aplicações Caucionadas	-	4.305	-
	-	46.590	-

A Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

31.1. Instrumentos financeiros derivativos

Na data de 31 de dezembro de 2025 a Companhia não dispunha de nenhum tipo de derivativo financeiro.

32. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de sua atividade, e a opinião dos seus assessores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de responsabilidade civil e, riscos patrimoniais.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	Limites de indenização (R\$ mil)	
	31/03/2026	Vigência
Riscos cobertos		
Cobertura patrimonial Matriz	193.234	07/12/2026
Cobertura patrimonial Filial SP	4.000	08/04/2027
Cobertura patrimonial Filial Recife	4.000	18/06/2026
Cobertura patrimonial Filial PHP	2.000	21/11/2026
Responsabilidade civil	32.000	03/01/2027
Responsabilidade civil – Diretores e administradores	10.000	24/05/2026
Veículos		
Transporte nacional (exclusivamente para as mercadorias chapas de aço inox, tubos de aço e vidros;)	750	30/04/2027
Transporte nacional (para demais mercadorias inerentes ao ramo de atividade do segurado)	3.500	30/04/2027
Transporte nacional (para veículos utilitários e/ou de passeios)	400	30/04/2026
Transporte internacional (para mercadorias previstas na apólice)	3.500	31/07/2026

33. Aprovação das Informações contábeis

As Informações individuais e consolidadas da Companhia, referente ao período findo em 31 de março de 2026 foram aprovadas pelo conselho de administração em 15 de maio de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Prática Produtos S.A.
Pouso Alegre – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Prática Produtos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas, políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria em 31 de março de 2026, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Adicionalmente, as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2025 foram revisadas por outro auditor independente que emitiu relatório de revisão em 15 de maio de 2025 com conclusão sem modificação sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

São José dos Campos, 15 de maio de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0

Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Contador CRC 1 SP 264072/O-9 – S – MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores responsáveis pela divulgação das informações trimestrais da Prática Produtos S.A. ("Companhia"), os Srs. André Luiz Rosa Rezende, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, e Marcelo Vieira, Diretor Financeiro, declaram, nos termos do artigo 31, §1º, inciso II, combinado com os incisos V e VI do §1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Companhia, incluindo as respectivas notas explicativas, referentes ao trimestre e ao período de seis meses encerrados em 31 de março de 2025.

Pouso Alegre/MG, 15 de maio de 2025.

André Luiz Rosa Rezende
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Vieira
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores responsáveis pela divulgação das informações trimestrais da Prática Produtos S.A. ("Companhia"), os Srs. André Luiz Rosa Rezende, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, e Marcelo Vieira, Diretor Financeiro, declaram, nos termos do artigo 31, §1º, inciso II, combinado com os incisos V e VI do §1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) reviram e discutiram o relatório de revisão das informações trimestrais emitido pelos auditores independentes da Companhia, relativo ao trimestre e ao período de seis meses encerrados em 31 de março de 2025, e concordam com as conclusões nele expressas; e

Pouso Alegre/MG, 15 de maio de 2025.

André Luiz Rosa Rezende
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Vieira
Diretor Financeiro